

SÁBADO, 2 DE AGOSTO DE 2008.

As declarações do ministro Nelson Jobim descartando qualquer possibilidade de revisão na Lei da Anistia é principal assunto dos cadernos de política nas edições deste sábado e manchete n'**O Globo**. O diário carioca ressalta que os integrantes do governo Lula não se entendem sobre a proposta de punição de torturadores da ditadura e afirma que, um dia após o ministro da Justiça, **Tarso Genro**, e o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, defenderem a condenação de militares torturadores, o ministro da Defesa divergiu publicamente da posição dos colegas, defendeu o Exército e criticou a reabertura do debate. Jobim disse que o tema deve ficar restrito ao Judiciário. Segundo o jornal, ministros do STF acreditam que a Lei da Anistia brasileira não permite a punição de crimes cometidos durante a ditadura.

Revisão da Anistia

Na cobertura **Folha** sobre as críticas do ministro Nélson Jobim à proposta de revisão da Lei da Anistia, o jornal destaca que no Planalto, subordinados do presidente Lula tentaram reduzir a defesa de punição a agentes públicos que cometeram crime de tortura a uma avaliação pessoal dos ministros Tarso e Paulo Vanucchi. Segundo o jornal, em Porto Alegre, ainda sem saber das declarações de Jobim, **Tarso Genro** afirmou ter expressado seu ponto de vista pessoal, não o do governo. "A posição que manifestei é uma posição minha e do Paulo Vanucchi, abordando juridicamente o tema à luz do direito constitucional e das normas legais da anistia. Não é posição de governo." Segundo o ministro, a discussão "é um debate do Estado democrático de Direito".

#

O **Estadão** destaca que, oficialmente, o Palácio do Planalto não trata do tema, porque não quer envolver o presidente em mais essa difícil polêmica. Lula não se posicionou sobre o assunto, atitude que sempre adota quando a discussão ganha destaque na mídia. Segundo **O Globo**, o assunto não chegou a ser levado ao presidente Lula.

#

Jornais publicam declarações do ministro do STF, Celso de Mello, que afirmou que a Lei da Anistia brasileira é "completamente diversa" das legislações de países vizinhos recentemente revogadas ou parcialmente revistas. Para ele, "no caso brasileiro, os destinatários foram todos os que se enquadraram nos requisitos da lei". Mello acredita que a lei brasileira não teve a finalidade de beneficiar grupos específicos, "muito menos de privilegiar os que usurparam o poder no golpe de 1964". O ministro explicou que, geralmente, as leis contestadas beneficiaram só os atores repressivos, como na "experiência de outros Estados latino-americanos governados por ditaduras, em que os governantes, na iminência de saírem do poder, se apressaram na autoconcessão de anistia em causa própria."

#

Folha noticia que o presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Figueiredo, afirmou que quem tem mais a perder com a eventual revogação da Lei da Anistia são os antigos opositores da ditadura. Segundo afirmou, há arquivos judiciais relativos a crimes a eles atribuídos, enquanto provas contra torturadores não são documentais. O jornal informa que o comandante do Exército, Enzo Martins Peri, questionado sobre o assunto se negou a falar. "Nenhum comentário", disse.

#

Jornais destacam que as declarações do ministro **Tarso Genro** provocaram a organização de um debate do Clube Militar, no Rio, na próxima quinta-feira, sobre o tema "Lei da Anistia: Alcance e Conseqüências".

#

Nota no **Estadão** informa que o general da reserva Osvaldo Pereira Gomes, que integrou a 1ª turma da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e trabalhou na elaboração da Lei de Anistia, cobrou ontem do ministro da Defesa, Nelson Jobim, posição pública sobre a polêmica levantada pelo ministro Tarso Genro. "O ministro Jobim deveria fazer a defesa dos militares. Mas não faz e não deixa os três comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica fazerem", desabafou o general, que também é advogado criminalista, especialista em crime militar e professor de Direito Constitucional. "Não existe razão para dizer que a Lei de Anistia não vale para os agentes de Estado (militares). Os crimes conexos têm a mesma motivação política e a anistia está valendo tanto para eles (militantes de esquerda) como para os que fizeram a repressão."

#

Estadão publica dois artigos, um com posição favorável e outro contrário, em resposta à pergunta "Os militares devem ser processados?". Porém, na edição eletrônica não consta os nomes dos autores.

#

Estadão ouve o jurista Célio Borja, para quem o governo não encontrará na Constituição e na Lei de Anistia brechas que possibilitem processar e punir militares que praticaram tortura durante a ditadura. Ex-ministro do STF, Borja considera que, além da impossibilidade, um retrocesso a posição defendida anteontem pelo ministro da Justiça, **Tarso Genro**.

#

Na cobertura sobre o tema, **O Globo** publica box opinativo com o título "Loja de Louça", onde afirma que "o governo Lula é aquele orangotango que carrega a própria loja de louças. Pois se não bastasse o surto inflacionário numa quadra internacional complicada, altas autoridades — **Tarso Genro** e Paulo Vanucchi — acham que está na hora de propor a quebra da Lei da Anistia e reabrir a agenda da guerra ideológica da década de 70. É o macaco saindo da jaula."

Punição a torturadores

Jânio de Freitas, na **Folha**, afirma que o improvável êxito da reabertura de discussão sobre o alcance da anistia, para isentar ou não de punições os militares criminosos de tortura e assassinatos, não diminui o mérito de afinal um governo abordar o assunto, nos 23 anos de regime civil. Tanto mais que dois ministros, Paulo Vanucchi (Direitos Humanos) e **Tarso Genro** (Justiça), expuseram argumentos sobre a limitação da lei de anistia aos crimes políticos, sem beneficiar crimes comuns e imprescritíveis por tratados internacionais, sendo a tortura declarada crime contra a humanidade.

#

Coluna de Dora Kramer, no **Estadão** destaca o debate sobre o acerto de contas com os crimes da ditadura. Ela afirma que a discussão é pertinente, a cobrança é legítima, o entendimento de que torturadores não são criminosos políticos, mas facínoras como outros quaisquer faz todo o

sentido, mas não se trata de uma questão que requeira do poder público uma providência urgente nem que esteja a assombrar a Nação. Segundo a colunista, até então ambíguo na abordagem do tema, o governo foi explícito na defesa da punição aos torturadores. "A partir do momento em que o agente do Estado pega o prisioneiro e o tortura num porão, ele sai da legalidade do próprio regime militar e se torna um criminoso comum e tem de ser responsabilizado", disse o ministro **Tarso Genro** em consonância com o secretário de Direitos Humanos.

#

Coluna de Eliane Cantanhêde, na **Folha**, afirma que os e-mails que tentam envolver governantes brasileiros com as Farc não provam nada, mas tiraram o caso Daniel Dantas do foco e coincidentemente, a revista colombiana "Câmbio" circulou justamente no dia da audiência pública promovida pelo Ministério da Justiça sobre a reabertura da anistia, para processar torturadores. Os militares reagiram com sarcasmo. "O pessoal das Farc está todo lá [na reunião]", disse um oficial. Segundo ele, exagerando, os que querem processar militares são os mesmos que pagam fortunas em indenizações para quem seqüestrou, assaltou bancos e explodiu bombas - como as Farc...

#

Frase publicada na seção Tiroteio, da coluna Painel, da **Folha**:

"É cortina de fumaça para não discutir o que importa: a abertura dos arquivos da ditadura. **Tarso Genro** é o ministro dos factóides, lançados à velocidade de um por semana." - Do historiador Marco Antonio Villa sobre a proposta do titular da Justiça e do secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, de punir quem praticou tortura durante a ditadura militar.

#

Reportagem de **O Globo**, na seção Internacional, destaca que, nos últimos anos, os tribunais de Argentina, Uruguai e Chile avançaram de forma expressiva nos processos por violações dos direitos humanos cometidas durante as ditaduras naqueles países. A reportagem possui uma retranca ressaltando que, no Brasil, não há caso de julgamento de agentes da ditadura militar que torturaram e assassinaram manifestantes da esquerda. O ministro da Justiça, **Tarso Genro**, e secretário de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, defenderam esta semana a punição dos torturadores.

#

Correio noticia que o Congresso não está disposto a encampar o movimento do ministro da Justiça, **Tarso Genro**, de punir militares e agentes do Estado que tenham praticado tortura no regime militar. Até porque, por enquanto, o discurso do ministro tem sido encarado como uma atitude solitária, sem ter ainda qualquer apoio do presidente Lula ou de mais alguém do primeiro escalão do Palácio do Planalto.

#

Coluna Nas Entrelinhas, do **Correio**, publica texto de Luiz Carlos Azedo, que afirma que toda a esquerda brasileira se beneficiou da anistia, porém uma parte nunca aceitou a reciprocidade com relação aos militares que atuaram na repressão política. O ministro da Justiça, **Tarso Genro**, já fez parte desses setores e de vez em quando tem suas recaídas. Agora, ingenuamente, resolveu propor a mudança da Lei da Anistia para punir os torturadores e assassinos do regime militar e provocou uma onda de indignação nos quartéis. Não respeitou o histórico acordo referendado no Congresso com a aprovação da Lei da Anistia, que acelerou a democratização do país e a volta dos militares à caserna. Romper esse acordo é chamar os militares de volta à luta política, daí

porque o ministro da Defesa, Nelson Jobim, que acompanhou todo o debate da anistia e já presidiu o STF, fez muito bem em dar um chega pra lá no seu colega de Esplanada.

#

Na reportagem “Sombras do passado”, **Época** informa que a Justiça começa a decidir se Carlos Alberto Ustra terá de responder por torturas na ditadura. De acordo com a revista, o Palácio do Planalto já discute a questão da abertura de processos contra pessoas que praticaram tortura no país. Época informa que no vôo que o trouxe de volta a Brasília após o funeral de Ruth Cardoso, o presidente Lula decidiu perguntar a Gilmar Mendes, presidente do STF, sua opinião sobre a possibilidade de abertura de processos que, conforme se entendia até a pouco, estavam cobertos pela Lei de Anistia, de 1979. “Esse caminho não me parece seguro”, disse Gilmar, na presença de alguns ministros.

A reportagem destaca que o ministro da Justiça, **Tarso Genro**, está convencido de que a tortura deve ser apurada, investigada e punida. Para ajudar a promover essa idéia, na semana passada, Tarso convocou uma audiência pública sobre o assunto, com a presença de entidades de direitos humanos, lideranças estudantis, ex-presos políticos – e nenhum comandante da caserna. Paulo Vanucchi, ministro dos Direitos Humanos, é outro integrante do governo que defende a apuração dos crimes do período militar. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, que tem Exército, Marinha e Aeronáutica em sua Pasta, é contra a reabertura da discussão.

#

Carta Capital informa que o “Capitão Homero”, apontado como um dos principais torturadores do DOI-Codi de São Paulo na época da ditadura, tenta em vão negar o seu passado. Por meio de uma carta, Homero Cesar Machado, hoje coronel do Exército reformado, diz não ter torturado, em 1975, o jornalista Marco Antonio Tavares Coelho, então dirigente do PCB. O coronel foi descoberto por *CartaCapital*, na reportagem “Caça aos torturadores” (edição 504). Ele afirma que, no período em que Coelho foi torturado, teria atuado no 3º Grupo de Artilharia Anti-Aérea, em Caxias do Sul (RS)

A discussão sobre a punição dos torturadores que atuaram durante a ditadura militar ainda repercute nas edições desta segunda-feira e o **Estadão** noticia que os militares decidiram dar o troco no ministro **Tarso Genro** por causa da audiência pública promovida no Ministério da Justiça para debater a questão. Segundo o jornal, revoltados com o que consideram “conduta revanchista” do ministro, oficiais da reserva, com o apoio de comandantes da ativa, patrocinarão uma espécie de anti-seminário no Clube Militar do Rio de Janeiro, na próxima quinta, dia 7.

O objetivo é debater o que consideram “passado terrorista” de autoridades do governo Lula e de personalidades do PT, discutindo, inclusive, se não seria o caso de puni-los pelos excessos cometidos na luta armada. O que mais irrita oficiais das três Forças é o fato de a maioria deles ter recebido indenizações. A queixa geral é de que eles também mataram e seqüestraram e agora querem provocar os militares.

Punição dos torturadores

Estadão destaca que a defesa pública da punição dos torturadores do regime militar, feita pelo ministro da Justiça, **Tarso Genro**, na semana passada, não desagradou apenas às Forças Armadas. Setores do Palácio do Planalto e do governo também se irritaram com as declarações e reprovaram a conduta do ministro. Segundo o jornal, a avaliação predominante na Esplanada dos Ministérios é de que o discurso da “responsabilização dos agentes públicos que praticaram

violações dos direitos humanos" só está servindo para "constranger e criar problemas" para o presidente Lula.

De acordo com o Estadão, no governo, quem mais se incomodou com a manifestação "inconveniente" de Tarso foi o ministro da Defesa, Nelson Jobim. Ele comentou no fim de semana com um interlocutor que já teve "de apagar incêndio dele (de Tarso) com o Judiciário" e agora surge a "provocação aos militares, sem avisar ninguém". Frisou que se via obrigado a contestar o colega de público, para contornar a crise. **ZH** publica a mesma reportagem com o título "**Tarso** provoca desconforto no Planalto".

#

Em outra reportagem, o **Estadão** informa que, a despeito da disputa interna permanente que caracteriza o PT, petistas de várias alas, instalados no governo ou no Congresso, concordam em um ponto: é a sucessão presidencial que está por trás da briga que o ministro da Justiça, **Tarso Genro**, comprou com as Forças Armadas. A avaliação geral no Palácio do Planalto e no partido é de que, com esse discurso, Tarso procura se firmar como um perfil à esquerda da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, na disputa pela cadeira ocupada pelo presidente Lula. O jornal informa que tentou ouvir o ministro da Justiça e foi informado por sua assessoria que ele estava envolvido em compromissos familiares.

#

JB afirma em editorial que o que deveria ser um ponto final numa das mais tenebrosas páginas da história recente do país está se transformando numa perigosa interrogação. A Lei da Anistia começa a ser questionada de forma mais contundente pelo governo federal. Tanto assim que dois de seus ministros – **Tarso Genro**, da Justiça, e Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos – defenderam publicamente, na semana passada, punição aos torturadores da ditadura. Em outras palavras, querem retroceder quase três décadas no tempo e transformar a lei em letra morta.